

TEXTOS NEPO 14

**MERCANTILIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO
EM SAO PAULO**

Maria Coleta F.A. de Oliveira

**NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO – NEPO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
CAMPINAS (SP) BRASIL
MAIO 1988**



NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO - NEPO UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
CAMPINAS-SP-BRASIL - CAIXA POSTAL 1170

Reitor
Paulo Renato Costa Souza

Pró-Reitoria de Graduação
Bernardo Beiguelman

Pró-Reitoria de Extensão
José Carlos Valladão de Mattos

Pró-Reitoria de Pesquisa
Hélio Waldman

Pró-Reitoria de Desenvolvimento
Ubiratan D'Âmbrósio

Diretora do Núcleo de Estudos de População
Elza Berquó

FICHA CATALOGRÁFICA

Oliveira, Maria Coleta F. A.

Mercantilização e urbanização em São Paulo. Campinas, NEPO/UNICAMP, 1988.

64p. (Textos NEPO 14)

1. Urbanização - São Paulo. 2. Mercantilização café - São Paulo. 3. Industrialização - São Paulo. I. Título. II. Série.

MERCANTILIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO EM SÃO PAULO

Maria Coleta F. A. de Oliveira

SUMÁRIO

A URBANIZAÇÃO PAULISTA E O INTERIOR	6
O CAFÉ E AS CIDADES	9
CAFÉ, CIDADES E INDÚSTRIA	20
BIBLIOGRAFIA.....	32

MERCANTILIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO EM SÃO PAULO

RESUMO

O texto focaliza a urbanização do interior paulista na transição do século XIX para o século XX. As indicações contidas na bibliografia consultada sugerem que os quarenta anos entre 1890 e 1930 – marco usual da modernidade – foram fundamentais para a constituição das bases propriamente modernas sociedade, economia e demografia paulistas. O texto examina os efeitos urbanizadores da economia cafeeira para além da metrópole paulista, produzindo uma imagem da sociedade da época diferente daquela que emerge da ênfase na grande fazenda cafeeira como característica do período em São Paulo. O texto aponta, ainda, alguns aspectos e temas a merecerem maior investigação.

ABSTRACT

This paper focuses on the process of urbanization of the interior of the state of São Paulo during the transition from the 19thc to the 20thc. Based upon indications given by the existing literature on the subject, the author argues that the forty years between 1890-1930 were fundamental for the establishing of the modern bases of society, economy and demography of São Paulo. The paper examines the urbanizing effects of the coffee economy beyond the birth of the city of São Paulo as a metropolis. In so doing it presents an image of society at that time which differs from that which comes from the usual emphasis on the large coffee plantations. Also, the author points to some aspects and topics deserving more research.

MERCANTILIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO EM SÃO PAULO

Maria Coleta F. A. de Oliveira

A URBANIZAÇÃO PAULISTA E O INTERIOR

"São Paulo atualmente e o Estado mais populoso da União".

"É o Estado que possui maior número de cidades do interior servidas por linhas regulares de bondes elétricos".

"Ainda é o Estado que conta maior número de cidades, vilas, povoadas e lugarejos ligados à rede telefônica interurbana".

"São Paulo é o Estado que possui maior número de cidades urbanizadas, com bons serviços municipais de águas, esgotos e calçamento" (LEITE, 1943, p. 25-28).

Além do ufanismo deste mineiro fascinado por São Paulo, os trechos de Célio Conde reproduzidos acima apontam para uma realidade esquecida pelos estudiosos. Tudo se passa como se os efeitos urbanizadores da acumulação de capital proporcionada, primeiro, pela cana-de-açúcar e pelo café e, em seguida, pela indústria, tivessem se restringido à capital. O estudo da urbanização no Estado de São Paulo tem privilegiado a formação e desenvolvimento da cidade de São Paulo, capital da antiga Província e, hoje, núcleo da principal área metropolitana do país (A. G. B., 1958; SINGER, 1968; MORSE, 1970; DEAN, 1971).

No entanto, as constatações de Conde Leite em 1943 revelam os efeitos de um processo que já se estendia por décadas, acentuado em fins do século passado sob o impacto da expansão cafeeira. Observações pinçadas aqui e ali na bibliografia sobre as transformações sócio-econômicas no Estado de São Paulo nos levam a acreditar que, até um determinado momento do tempo, a urbanização era um processo mais ou menos generalizado, pouco distinguindo-se a capital das demais cidades do interior. Essa urbanização expressa uma divisão do trabalho local e regional (LOPES, 1969; CANO, 1981; HOGA et al., 1986). O aprofundamento desse processo acabou por acentuar na cidade de São Paulo os efeitos urbanizadores da concentração em território paulista da atividade econômica nacional. Contudo, o fato da capital ter adquirido "primazia urbana" não impediu a formação de significativa rede e cidades, todas dotadas de

conforto e dos recursos que, em maior escala, concentravam-se em São Paulo. Rede de cidades cujas origens remontam ao ciclo açucareiro, expandida e consolidada ao longo do período cafeeiro (ARAÚJO FILHO, 1956).

Algumas tentativas de investigar o processo de urbanização da perspectiva do desenvolvimento da divisão sócio-espacial do trabalho foram feitas (OHTAKE, 1982; DEVESCOVI, 1985). Contudo, um exame da bibliografia disponível, sobre a urbanização do interior defronta-se com estudos isolados de cidades, retratando as características da vida local e apontando as principais funções desempenhadas por aquele núcleo urbano em momentos determinados. São trabalhos de natureza variada, focalizando cidades que por diversas razões, adquiriram alguma importância no cenário regional. Pouco deles apresentam informações ou dados substanciais sobre as localidades estudadas e raros focalizam um período maior do tempo. Do ponto de vista histórico, chama a atenção à ausência de sistemático trabalho de exploração de fontes primárias, dificultando tentativas de compreensão do processo de formação e desenvolvimento da rede urbana paulista.

Mas, seria demasiado responsabilizar as deficiências de nossa historiografia pela reduzida atenção que o tema tem merecido. Uma contrapartida ao "vazio" no conhecimento sobre a formação, crescimento ou decadência dos núcleos urbanos pode ser encontrada na tônica dominante nos estudos sobre o período do café em São Paulo. A questão das relações urbano-rurais e do significado das cidades no período cafeeiro esbarra na ênfase sobre o caráter autárquico das fazendas de café. A grande fazenda de café destaca-se na imagem construída através dos estudos sobre o período, complexa enquanto unidade de produção mercantil, auto-suficiente do ponto de vista das atividades necessárias produção de café e à produção dos trabalhadores envolvidos nessa produção.

Pelo que se depreende da bibliografia existente, a grande fazenda cafeeira tendia a reunir em seu interior atividades não estritamente agrícolas, necessárias à produção do café. São elas o beneficiamento do café, a manutenção de maquinários e ferramentas, a fabricação de utensílios diversos, etc. Não raro serrarias e selarias constituíam parte das instalações das grandes fazendas cafeeiras. Essa diversidade de atividades não-agrícolas reflete-se na variedade de ocupações encontradas nas fazendas, conforme tem sido apontada por estudos sobre o assunto (BASSANEZI, 1974; TRUZZI, 1985). Não se sabe, no entanto, o quanto esta diversidade marcou a fazenda de café em geral ou apenas as grandes propriedades cafeeiras. Em realidade, sabe-se pouco acerca da história do café que se desenvolveu a margem da grande fazenda, envolvendo pequenos produtores que provavelmente dependiam da realização dos serviços subsidiários fora de seu

estabelecimento, possivelmente nas cidades vizinhas.

A reduzida importância da mercantilização envolvendo as populações rurais e a própria fragilidade das relações urbano-rurais no período cafeeiro ligar-se-ia também ao regime de trabalho que se generalizou no Oeste Paulista a partir das últimas décadas do século XIX, o colonato. Como é sabido, o colono de café contratava com o fazendeiro não apenas seu trabalho, mas também o daqueles membros aptos de sua família. Por esse contrato, além das tarefas no cafezal, podia o colono e sua família manter roças alimentares intercalares ao café ou em terrenos especialmente cedidos para este fim. Podiam criar pequenos animais, variando as condições contratuais no que diz respeito a animais de maior porte. É consensualmente aceito pelos especialistas que os rendimentos das culturas de subsistência e demais atividades independentes dos colonos constituíam a parte mais importante do rendimento e do consumo dos trabalhadores e suas famílias (HOLLOWAY, 1972; MARTINS, 1982). Acentuam alguns que, nessas condições, os trabalhadores do café sob o colonato necessitavam adquirir no mercado para seu suprimento apenas uns poucos itens não disponível como resultado de sua produção independente (DEAN, 1977; TRUZZI, 1985).

Apesar deste aparente consenso, subsistem divergências evidentes quanto à questão. Se de um lado autores como Martins (1982) associam o colono à figura do camponês, outros, especialmente na vertente econômica dos estudos sobre a cafeicultura, associam a generalização do uso do dinheiro à introdução da mão-de-obra livre, base da formação de um mercado interno (SÍMONSEN, 1939; FURTADO, 1959; DEAN, 1971; CANO, 1981).

É verdade que ao mesmo tempo em que escravos eram substituídos por imigrantes europeus livres nas fazendas de café, trabalhadores assalariados eram absorvidos pela construção das estradas de ferro. Dessa forma, o incremento nas trocas mercantis propiciado pela expansão da cafeicultura não dizia respeito apenas aos segmentos populacionais envolvidos na atividade agrícola, mas ao conjunto de atividades que compunham o complexo cafeeiro.

Há, ainda, outros elementos que contribuem para a pouca clareza quanto a questão da mercantilização a literatura sobre o café menciona diferenças no tempo e no espaço quanto ao usufruto gratuito da terra no Oeste Paulista. Variaram de fazenda para fazenda e de ano para ano as soluções encontradas para compensar as restrições ao cultivo intercalar em razão do envelhecimento dos cafezais (OLIVEIRA, 1985). Dados encontrados por Bassanezi (1974) mostram a sensível variação nos níveis de salários pagos a colonos, aparentemente compensando restrições às facilidades para a produção de subsistência. Não existem, contudo, elementos conclusivos, sendo possível afirmar que não está inteiramente

estabelecido o peso relativo dos salários na reprodução dos trabalhadores das fazendas de café sob o regime do colonato. É possível que a intensificação das trocas mercantis tenha envolvido as populações rurais mais do que a ênfase na auto-suficiência das fazendas cafeeiras nos levaria a admitir.

Um terceiro aspecto consensual na literatura sobre o período do café permite acrescentar novos elementos de dúvida e de indagação quanto ao significado das cidades. Trata-se do movimento permanente de drenagem de mão-de-obra das "zonas velhas" em direção às "zonas-novas", alegadamente em razão da maior produtividade das últimas comparativamente às primeiras. Já foi apontado corretamente por Martins (1979) que o ritmo de absorção de terras pelo café ligava-se não apenas às condições do mercado e aos diferenciais de produtividade das terras mas, também, aos mecanismos de financiamento da atividade cafeeira, apoiados no patrimônio imobiliário e não mais na posse de escravos. Contudo, do ponto de vista dos trabalhadores, a abertura de novas fazendas e a expansão da fronteira cafeeira parece ter significado a possibilidade de obter melhores rendimentos na produção independente. Isso valia tanto para aqueles que, familiarizados com a cultura do cafeeiro, engajavam-se como formadores dos novos cafezais, quanto para os que buscavam emprego como colonos nas novas áreas (RAMOS, 1923; SIMONSEN, 1944; HOLLOWAY, 1972; 1974).

Como, no entanto, entender essa permanente drenagem da mão-de-obra imigrante com base no argumento da maior produtividade das novas terras recém abertas? Se é verdade que a razão da atração era a possibilidade de obtenção de maiores excedentes, então teríamos que supor que a comercialização destes excedentes teria importância razoável. Como poderiam comercializar, e com que vantagens, esses excedentes supostamente maiores? Quem eram os consumidores desta produção excedente ao consumo do trabalhador e sua família? Estas são algumas indagações que embora não conveniente entre respondidas ainda, apontam para a necessidade de se explorar com maior profundidade de as relações urbano-rurais no período cafeeiro.

A questão da urbanização do interior paulista remete, portanto, às condições da divisão social do trabalho vigentes ao longo do período cafeeiro, recolocando-se a partir daí o significado das cidades e do modo de vida urbana da época.

O CAFÉ E AS CIDADES

Em seu estudo já clássico sobre as mudanças sociais no Brasil, Juarez Brandão Lopes (1969) sustenta que "a aceleração do ritmo de urbanização no Brasil, a partir do século passado, tem como causa básica a industrialização [...]" (p. XVIII). Contudo, esta perspectiva

"global que permite entender transformações locais como processos determinados pelo desenvolvimento da divisão do trabalho em escala até mesmo internacional, embora essencial, insuficiente para a compreensão dos efeitos urbanizadores da economia cafeeira paulista. Como o próprio autor chama a atenção, ocupado como debate sobre o que vem primeiro, a urbanização ou a industrialização, tudo depende do nível de análise em que nos colocamos.

No caso do cenário paulista, sustentam muito autores, Lopes dentre eles, que a aceleração da urbanização nas últimas décadas do século XIX foi essencial intensificação da industrialização. Isto porque, deste ponto de vista, éramos mercados urbanos e suas extensões formadas pelas áreas rurais que lhes eram tributárias, que constituíam a base para a produção local de produtos antes adquiridos via importação (RANGEL, 1956; PETRONE, 1958; FURTADO, 1959; SINGER, 1968; ALBUQUERQUE, 1982). Dessa perspectiva, a industrialização se fez à base de uma preexistente urbanização.

QUADRO 1 – Relação entre o crescimento da população total e o crescimento da população urbana por Regiões Brasileiras (1872 a 1920)

Regiões	Crescimento da População Total (1)			Crescimento da População Urbana (1)			Relação de Crescimento Urbana / Total		
	1872-1890	1872-1900	1872-1920	1872-1890	1872-1900	1872-1920	1872-1890	1872-1900	1872-1920
Norte	43%	109%	332%	43%	161%	732%	1,0	1,5	2,2
Nordeste	27	43	139	1	49	323	0,04	1,1	2,3
Leste	44	67	176	38	90	254	0,9	1,3	1,4
São Paulo	65	172	448	313	2.163	7.393	4,8	12,6	16,5
Sul (*)	95	144	382	49	207	1.711	0,5	1,4	4,5
Centro-Oeste	45	69	243	-	**	***	-	-	-
Brasil	42	72	203	29	103	412	0,7	1,4	2,0

* São Paulo foi computado separadamente

** Em 1900 a população urbana alcançou o número de 34.393, sendo inexistente para 1872

*** Em 1920 a população urbana alcançou o número de 38.574, sendo inexistente para 1872

(1) O crescimento foi calculado através da fórmula: $\frac{\text{Pop. } I_2 - \text{Pop. } I_1}{\text{Pop. } I_1} \times 100$

Dados do Censo de 1872, Recenseamento (sinopses) de 1890 e 1900 e Recenseamento de 1920, da Diretoria Geral de Estatística.

Fonte: Alessio (1970).

Não nos cabe prosseguir nessa discussão, nem tampouco considerar os substanciosos argumentos daqueles que discordam da importância atribuída ao mercado interno no processo de industrialização brasileira. Voltaremos, porém, outras vezes ao tema, sempre vinculando-o ao interesse de maior compreensão das relações café-cidades. Para o que nos interessa no momento, o que é importante salientar é a realidade da urbanização na segunda metade do século XIX e primeiras décadas deste. Dela participa o conjunto do território nacional, numa expressão da generalização de um processo de divisão social do trabalho a nível local e regional. Apesar da fragilidade dos pressupostos que permitem contornar a insuficiência das informações, os dados do quadro reproduzido a seguir nos dão uma indicação dessa generalidade⁽¹⁾.

Por ele fica evidente que o ritmo de crescimento da população urbana teria sempre excedido o da população total no período considerado, destacando-se para estes efeitos São Paulo. E, em São Paulo, sobressaem os últimos 10 anos do século passado como de urbanização especialmente intensa. De fato, nesta década a população paulistana quadruplica, passando de 69.934 habitantes em 1890 para 239.820 habitantes em 1900 (MONBEIG, 1984; PETRONE, 1953). Com relação ao interior, mais uma vez falta-nos o piso firme das cifras para sustentar a observação de que as tendências urbanizadoras ali também se manifestaram. Contudo, o incremento demográfico do Estado entre 1890 e 1900, é perfeitamente compatível com a acentuação da concentração de população em cidades do interior, ao mesmo tempo em que se expandiam os cafezais, absorvendo população rural. Estima-se que a população interiorana, da ordem de 1.314.819 pessoas em 1890, atingia em 1900 2.042.459 pessoas⁽²⁾. A dificuldade de traçar o panorama quantitativo da urbanização no interior paulista não impede, no entanto, que autores como Araújo Filho (1956) chamem atenção para o fato de, ao lado da **Metrópole do Café** – São Paulo – e do **Porto do Café** – Santos – serem "as cidades do café no Planalto Ocidental Paulista os melhores exemplos de urbanização no Brasil; pelo seu número, mais de 300, só no Estado de São Paulo; pela sua importância demográfica e econômica; pelas suas variadas funções [...]" (p. 121).

Como expressão do processo de divisão social do trabalho, o surgimento e desenvolvimento de cidades implica em absorção crescente de mão-de-obra em atividades mercantis, em detrimento de ocupações quer agrícolas, que manufatureiras, destinadas especialmente ao auto-consumo. Significa, em consequência, o desenvolvimento de trocas e do intercâmbio de mercadorias e de população, expresso no desenvolvimento do comércio e dos transportes (LOPES, 1969). Isso se deu, na formulação de Devescovi (1985), porque "[...]

parcela considerável do sobreproduto gerado internamente com a cafeicultura permaneceu no território de origem, retornando o espaço de produção do café ou sendo investido em outros setores direta ou indiretamente rentáveis (as ferrovias, os equipamentos coletivos, os bancos, etc)" (p. 30). Nesse processo, bens e serviços foram se transformando em mercadorias, rompendo a estabilidade dos centros urbanos e a auto-suficiência inicial das fazendas. É o que Lopes (1969) chama de "dissolução do complexo rural", proporcionado pela continuada expansão da economia cafeeira exportadora por um longo período.

Frequentemente destaca-se o papel da imigração europeia na urbanização, especialmente pela qualificação da mão-de-obra estrangeira, nem sempre confinada nas fazendas de café. Sem desprezar o possível peso do crescimento vegetativo da população vis a vis o volume de população imigrante (MONBEIG, 1984), parece notável o fato de que crises periódicas da cafeicultura tivessem provocado à saída de trabalhadores das fazendas em direção; às cidades. De acordo com Simonsen (1939), o grande êxodo rural associado à crise cafeeira dos primeiros anos deste século, teria sido responsável pelo incremento da urbanização época, atando as cidades de uma mão-de-obra qualificada e barata, disponível para o emprego na indústria. Este ponto de vista mantém-se na bibliografia recente, acentuando-se seu papel na formação de um mercado de trabalho urbano relativamente diferenciado (SILVA, 1976; DEVESCOVI, 1985). Embora as menções a esse respeito destaquem especificamente o afluxo de imigrantes em direção à cidade de São Paulo⁽³⁾, o mesmo fenômeno parece ter atingido as cidades do interior (ARAÚJO FILHO, 1956; DEVESCOVI, 1985). Persistem, porém, dúvidas com relação capacidade de absorção, pelas cidades, da mão-de-obra liberada das lides cafeeiras pelas crises. Albuquerque (1982) sustenta que até 1906, as oportunidades de trabalho urbano eram incipientes, razão pela qual teria sido elevada a migração de retorno de estrangeiros entre 1902-1906 (p. 86).

Apesar a precariedade dos números e da imprecisão das informações, estudos sob o período em que o café comandou a economia e sociedade paulista permite-nos visualizar alguns aspectos das relações urbano-rurais. É digno de nota o fato de encontrarmos indicações mais sugestivas sobre o tema exatamente em estudos que focalizam a economia e sociedade à margem da grande lavoura cafeeira. À margem, porém, a ela articulada, como é o caso do chamado "complexo algodoeiro paulista", na acepção de Albuquerque (1982). Aspectos extremamente importantes do-ponto de vista da reconstituição da história urbana no período – deixados de lado em decorrência da ênfase na grande fazenda cafeeira – podem ser ali resgatados⁽⁴⁾.

A cotonicultura, apesar de articulada ao complexo cafeeiro – funcionando por vezes

como cultura complementar ao café, suportando a renda do fazendeiro nas periódicas crises de preço – esteve marcada por características econômico-sociais distintas. Foi uma **cultura de pobre**, no sentido de que absorveu uma quantidade maior de pequenos produtores, proprietários ou despossuídos, trabalhando estes últimos quer como diaristas assalariados em grandes lavouras, parceiros ou arrendatários de grandes proprietários ou produtores **caipiras** independentes. Formas diversas de subordinação ao capital mercantil foram postas em prática, ressaltando a presença de uma multiplicidade de agentes sociais no complexo algodoeiro, expressão da divisão social do trabalho ensejado pela atividade cotonicultora.

Essa diversidade social e econômica já se apresenta entre 1860-1875, período que marca o primeiro surto algodoeiro paulista, e se acentua a partir da virada do século com algumas alterações.

Durante a vigência da escravidão, ao lado do grande fazendeiro de café, subsistiam pequenos e médios fazendeiros que, detendo um número de pequeno de escravos, dedicavam-se à policultura de alimentos. Mas, além deles, pequenos produtores caipiras, proprietários ou parceiros e arrendatários, além de diaristas assalariados conviviam, ora integrados na expansão dos cafezais, ora voltados para a policultura de subsistência, a chamada cultura excedente. Esses trabalhadores livres, resistentes as mobilização pelos cafeicultores, afluíram à cultura do algodão como atividade, independente e alternativa. A tal ponto isso ocorreu em algumas áreas que, subtraídos da agricultura do excedente, o abastecimento e os preços de gêneros alimentícios nas cidades, especialmente à partir de 1870, chegaram a ser afetados. Já nesta época, então, fazia-se sentir uma tendência à especialização agrícola, incentivando-se uma produção comercial de alimentos.

Essa forma de organização social da cultura do algodão liga-se a outra face da divisão social do trabalho. Como toda a produção agrícola do período, o comando era dado pelo capital mercantil. No caso do algodão, formas diversas de subordinação à pequena produção ao capital mercantil foram ensaiadas, consolidando-se no século-XX em versões mais modernas e articuladas. De início, o interesse comercial não se envolveu no cultivo, detendo apenas as máquinas de descaroçamento e centrais de beneficiamento. Grandes compradores de algodão eram, ao mesmo tempo, os "máquinas" que controlavam a etapa de transformação do produto agrícola em matéria prima para a indústria têxtil da época. As ferrovias, expressão da acumulação do capital cafeeiro, não se mantiveram a margem, oferecendo facilidades de enfardamento e ensacamento aos pequenos produtores. Expressão mais aguda desse consorciamento de interesses foi a E. F. Sorocabana, iniciativa particular, cujos capitais financiaram a cotonicultura da região, como estratégia de viabilização da própria operação

comercial futura das linhas.

Descaroçamento, beneficiamento, enfardamento e ensacamento – atividades essenciais no ciclo produtivo – eram atividades urbanas, sediadas nas cidades do interior⁽⁵⁾. São atividades, capitais e agentes sociais que se diferenciam e se articulam a plantador e produtores de algodão. Também urbanas eram as atividades industriais. Indústrias têxteis se formam e/ou ressurgem no período. Contudo, a produção artesanal é ainda aparentemente vigorosa, posta em fiandeiros e tecelões domiciliares em sítios e fazendas das áreas rurais.

Estas características e articulações se mantêm e se acentuam ao se aproximar a virada do século. Nos primeiros anos do século XX permanecem e multiplicam-se os pequenos plantadores. Proprietários ou não, estavam encapsulados pela dependência aos "machinistas", transformados em verdadeiros agentes financeiros e proto-industrialistas. O mesmo ocorria com parceiros e arrendatários em empreendimentos agro-industriais, subordinados ao controle do capital industrial. Voltaremos ao tema da indústria em outro momento. Vale apenas destacar aqui que, quer no artesanato, doméstico e pouco diferenciado da atividade agrícola, quer na indústria, estamos diante de personagens que alteram a visão que temos da sociedade no período cafeeiro. Ela certamente mais diversificada do que as análises da grande fazenda cafeeira nos permitem supor. E as funções urbanas provavelmente mais importantes do que poderíamos imaginar.

Estas funções vão se acentuando ao longo do tempo. O algodão segue sendo cultura complementar ao café em grandes fazendas cafeeiras (com parceria e/ou arrendamento) ou atividades de pequenos proprietários. Estes vão sendo engrossados pela ação das companhias loteadoras, envolvidas em grandes empreendimentos de abertura de novas áreas, com o tempo assumindo o papel de companhias colonizadoras. Permanece e aprofunda-se o controle industrial da cultura algodoeira, especialmente a partir dos anos 20. Na opinião de Albuquerque, a esta época a agricultura paulista já se encontrava "plenamente vinculada ao desenvolvimento comercial e industrial urbano" (p. 152). Vinculação que incluía formas de mobilização de mão-de-obra que, mais tarde, viriam se expandir como expressão da capitalização na agricultura. Refiro-me à mão-de-obra agrícola citadina representada, em um caso concreto, por 60 famílias de parceiros que moravam em Tatuí e trabalhavam para um grande fazendeiro e industrial têxtil e alimentício daquele município em 1920 (ALBUQUERQUE, 1982, p. 209). Essa vinculação acentua a divisão do trabalho, com a consolidação da policultura comercial de alimentos e progressiva destruição do artesanato rural.

O declínio da cotonicultura nas décadas de 40 e 50 viria evidenciar mais uma vez o papel das cidades interioranas desde épocas anteriores. Dissolvidas as oportunidades para

os segmentos despossuídos, estes afluem às cidades, que viram sua população engrossada por ex-arrendatários, ex-parceiros, ex-posseiros e diaristas de toda sorte.

O que estas breves observações sobre o "complexo algodoeiro" indicam é que há muito a ganhar ao desviarmos nossa atenção da grande lavoura cafeeira. Não há dúvidas de que foi a cafeicultura a principal atividade no período, ensejando acumulação de capitais que, reaplicados, responderam pela diversificação da economia. O "complexo algodoeiro" é parte dessa diversificação, interagindo com o café tanto enquanto cultura, quanto enquanto oportunidade de investimento industrial para capitais gerados pelo "complexo cafeeiro".

Do ponto de vista da história urbana ou da urbanização, as indicações são sugestivas no sentido de mostrar que a eventual ou possível auto-suficiência de grandes fazendas cafeeiras não resumia a dinâmica da sociedade paulista à época. Fluxos de intercâmbio de mercadorias e de população – este último expresso pela intensa mobilidade espacial de variados segmentos de trabalhadores – escapam à imagem que se pode ter a partir da análise da grande lavoura. Mesmo nesta, porém, são inúmeras as referências à mobilidade dos colonos, recolocando permanentemente aos fazendeiros o problema da mão-de-obra. Agregam-se, contudo, movimentos de população baseados numa diversidade de atividades agrícolas e também manufatureiras, responsáveis pela abertura de possibilidades de trabalho a imigrantes estrangeiros, nacionais e antigos povoadores mineiros e paulistas. Aliás, não é outra a imagem que nos deixam trabalhos como os de Dennis (1909); Ramos (1923); Monbeig (1957; 1984); Canabrava (1951); Petrone (1953) e Franco (1974). Contudo, com algumas exceções, esta ideia do movimento e da fluidez da sociedade paulista no período perdeu força⁽⁶⁾.

Como atividade econômica mais dinâmica, cafeicultura teve um peso direto sobre as tendências da urbanização. Os investimentos pesados nas ferrovias ampliaram as possibilidades de circulação no território, ao mesmo tempo em que contribuíram para o surgimento de cidades. A redefinição das funções urbanas de alguns núcleos pré-existentes também ocorreu com a expansão ferroviária, via instalações de manutenção de linhas e equipamentos, oficinas que chegaram a se constituir em unidades manufatureiras de máquinas e vagões (DEAN, 1977; HOGAN et al., 1986; LEITE, 1943). As atividades comercial e financeira, núcleos dinâmicos do complexo cafeeiro, acentuam as funções urbanas, com ramificações de Santos e São Paulo em direção ao interior. Transporte, comércio e bancos ampliam os segmentos assalariados, conformando uma sociedade crescentemente diferenciada à medida que avançam os anos nas primeiras décadas do século XX.

Porém, no que diz respeito divisão social do trabalho a nível local, interessa-nos volta a outros aspectos das relações urbano-rurais associados ao café.

Além de constituírem mercado para os excedentes da produção de subsistência de colonos, era nas cidades que se localizavam instalações de beneficiamento de café, utilizadas por produtores que não dispunham dessas facilidades em suas propriedades. Fontes de época referem-se a máquinas de beneficiar café localizadas em núcleos urbanos⁽⁷⁾. Desconhecemos estudos a respeito, que pudessem por a descoberto relações existentes entre pequenos plantadores de café e os beneficiadores urbanos do produto. A exemplo do algodão, a que fizemos referências, é possível que o beneficiamento cidade-estivesse associado aos compradores de café, embora estejamos a esse respeito no campo das meras cogitações. Nem mesmo sabemos a extensão dessa prática em períodos distintos. Este tema está a merecer investigação que possa produzir informação mais substancial.

Aos elementos até agora aduzidos, falta agregarmos outros já revelados pela investigação urbana mais recente. Como já apontava Araújo Filho (1956), as cidades do café revelam um aspecto de conforto e de ordem que as diferenciam no contexto da urbanização brasileira. Serviços de águas e esgoto, iluminação pública e doméstica, telefonia local e regional, transporte urbano, diversificada rede escolar, centros culturais e recreativos, estabelecimento de assistência à saúde, assistência social, edição de jornais diários, cuidado com o embelezamento urbanos (calçamento, parques, jardins, arborização de vias, etc), são características das cidades interioranas paulistas que remontam ao século XIX, algumas delas e em alguns casos precedendo a própria expansão cafeeira e a chegada da ferrovia (HOGAN et al., 1987). Não foram, seguramente, produto final de um longo período de prosperidade econômica propiciado pelo café, mas resultado de melhorias introduzidas, algumas vezes de modo pioneiro, ao longo do tempo. Em seu conjunto, chamaram a atenção de observadores modernos, como Conde Leite-(1943) e Araújo Filho (1956).

Para alguns, como Deffontaines (1944) muitas destas seriam cidades surgidas tipicamente do isolamento, com isto querendo indicar a arbitrariedade da formação de núcleos urbanos sem função econômica que lhes desse sustentação. Arbitrariedade que, presente na expressão por ele cunhada dos homens como "plantadores de cidades", seria exemplificada pelo surgimento dos "patrimônios". Núcleos urbanos constituídos por doação de terras por parte dos fazendeiros como conotação via de regra religiosos, os "patrimônios" são no Brasil e em São Paulo, a origem de várias cidades do interior. Seriam arbitrarias as cidades assim nascidas porque expressão, ou de um "ato piedoso", ou de um sentimento de associação com seus pares, mais que resultado de necessidades econômicas da região. Não nos interessa aqui perder-nos em discussões desta natureza. Mesmo porque, o próprio autor constata que, em muitos casos, à arbitrariedade inicial desdobra-se em interesses de toda sorte, imobiliários e

outros, que ir o responder pela permanência e desenvolvimento futuro da localidade.

Contudo, as observações de Deffontaines apontam para um aspecto que merece atenção. Aspecto esse destacado por Truzzi (1985) em estudo recente sobre a cidade de São Carlos e evidente no exame de Rio Claro feito por Hogan et al. (1986). Trata-se da verdadeira "missão civilizatória" de que se achavam imbuídas as elites cafeeiras paulistas do planalto. Não apenas promoveram a substituição da mão-de-obra escrava por imigrantes europeus, não apenas consorciaram capitais para a expansão ferroviária, mas, também, associaram-se na fundação de cidades e na promoção de melhorias urbanas. É possível que o isolamento e as imagens do conforto europeu ou da capital, tivessem motivado esses fazendeiros no desempenho desse papel. Também verdade que elites comerciais locais secundaram fazendeiros na promoção de melhoramentos, possivelmente motivados por interesses imobiliários e políticos (MONBEIG, 1984). O fato que salta aos olhos a "modernidade das cidades do velho oeste paulista", para não mencionarmos aquelas surgidas mais para adiante, cidades relativamente novas criadas pela febre pioneira na região noroeste e no extremo oeste paulista.

Para os propósitos deste trabalho, interessa-nos aquelas cidades que, surgidas ou não com o café, desempenharam papel relevante ainda na segunda metade do século passado. Ou seja, interessa-nos examinar em que medida e em que sentido a dinâmica social e econômica do período de supremacia do café imprimiram suas marcas nas cidades do interior. Valeria a pena, em um segundo momento, contrastar esta história com a daqueles núcleos surgidos tipicamente no processo de consolidação da franja pioneira já no século XX, tais como Marília, Lins, Pirajuí, Cafelândia, etc.

Apesar de situadas em áreas de povoamento mais antigo, Rio Claro e São Carlos. destacaram-se como centros urbanos desenvolvidos sob a égide do café. Apesar de uma defasagem no tempo de mais de 30 anos, ambas as cidades tiveram origem pela doação de pedaços de terra por parte de fazendeiros locais, constituindo-se a partir da doação de um "patrimônio", cuja marca foi dada pela construção de uma capela. Apesar da importância do café, nem São Carlos nem Rio Claro tiveram sua evolução truncada pela decadência daquela cultura na região, permanecendo como centros regionais importantes.

Observando-se a cronologia de cada uma das cidades, algumas diferenças são evidentes. A área de Rio Claro se consolida economicamente mais cedo, sob o comando da produção de cana-de-açúcar. É ainda neste período (que vai até a metade do século XIX) que Rio Claro se constitui como centro urbano. Este tem seu desenvolvimento continuado a medida que o café penetra e se consolida na região. Para Rio Claro, 1870 é o marco desta consolidação, enquanto que para São Carlos isto teria ocorrido já na década de 80. De fato, do ponto de

vista da expansão cafeeira, as terras São Carlenses situavam-se mais adiante que as de Rio Claro, integradas posteriormente pela mesma linha ferroviária.

A precedência de Rio Claro do ponto de vista de sua consolidação como área produtora de café se manifesta na introdução de melhoramentos urbanos de porte significativo antes mesmo da chegada dos trilhos. Estes acentuam tendências já em curso na região, pelo impacto que produzem na diferenciação social e econômica da população urbana e nas funções desempenhadas pela cidade. Contudo, apesar das diferenças, tanto São Carlos quanto Rio Claro tem sua dinâmica e evolução comandada pelos rumos da economia cafeeira. Capitais acumulados por fazendeiros de café foram aplicados na modelagem de núcleos urbanos planejados, com traçado regular, dotados de melhoramentos urbanísticos e culturais. À iniciativa das elites cafeeiras vieram se somar aquelas das elites locais, especialmente comerciantes, e mesmo aquelas dos setores menos favorecidos, representadas pelas associações de mútua-ajuda de trabalhadores imigrantes, especialmente italianos e espanhóis.

Do ponto de vista das elites cafeeiras, as melhorias urbanas eram, em muitos casos aplicação de capital, significando uma diversificação de interesses e de investimentos que passava pelo transporte urbano, pelos serviços públicos como luz, telefone, água e esgoto, além de ferrovias e bancos (SAES, 1986; DEVESCOVI, 1985). Essa diversificação atingia o próprio sítio urbano na forma de propriedade imobiliária urbana. Em ambos os casos era razoável a proporção de proprietários de mais de um imóvel urbano, muitos deles também fazendeiros⁽⁹⁾.

A cronologia dos melhoramentos introduzidos em cada uma das cidades evidencia o paralelismo existente entre a expansão cafeeira e a urbanização do interior. No caso de Rio Claro, o papel desempenhado pela economia açucareira e a mais precoce consolidação da cafeicultura só confirma este ponto de vista, permitindo que ali os contornos da cidade se firmem também mais cedo. "Trollys" para o transporte urbano, fabricados na própria cidade desde 1854; um teatro de mais de 400 lugares, frisas e camarotes construídos por fazendeiros em 1864; iluminação pública a querosene desde 1870, também por iniciativa particular; médico residente desde 1863 e, já em 1872, três Casas de Saúde; linha regular de trem em 1876. Estes serviços e equipamentos atendiam uma população urbana razoavelmente diversificada do ponto de vista social e econômico.

Mas, tanto em Rio Claro quanto em São Carlos, parece ter sido a década de 80 e; especialmente a de 90, aquelas em que as cidades receberam maior impacto. Coincidem elas com o período de auge cafeeiro em ambas as áreas, acompanhado de considerável incremento demográfico.

Rio Claro na década de 80 contava com cinco estabelecimentos particulares de ensino,

pelo menos dois deles de porte razoável, além de uma escola mantida pelo poder municipal. Melhoramentos tais como linhas de bonde com tração animal (1887), iluminação elétrica (1885), sistema de captação e distribuição de água potável (1885), Santa Casa de Misericórdia (1885) foram introduzidos. Esse ritmo se acentua na década seguinte, em que Rio Claro passa a ser sede da Cia. Paulista de Estradas de Ferro e suas oficinas, envolvendo um total de cerca de 2.000 operários. Vem a telefonia (1895), rede domiciliar de água (1897) e de esgoto (iniciada em 1898 concluída em 1901).

São Carlos recebe a estrada de ferro em 1884, seguindo-se nessa mesma década a criação do serviço de telefonia (1889). Centro urbano bem traçado, com edificações públicas e particulares bem cuidadas, São Carlos recebe na década de 90 um Teatro Municipal (1892), expansão dos serviços telefônicos (1894), iluminação elétrica (1894), encanamento de água potável (1894), duas Casas de Saúde, além da Santa Casa de Misericórdia (1894) e bondes de tração animal (1895). Redes domiciliares de água e esgotos só são introduzidas nos primeiros anos deste século (esgoto em 1903 e água em 1907).

Fica evidente que ambas as cidades inauguram o novo século já dota as de características modernas em seu aspecto urbanístico, em sua infraestrutura, em seus serviços de assistência pública, mas especialmente particular. A modernização de serviços e equipamentos prossegue neste século, arcada pela expansão da cobertura e aperfeiçoamento de equipamentos. Destacam-se ainda a diversificação de instituições de saúde e de atividades culturais e recreativas. Os dados incompletos e imprecisos para as duas primeiras décadas deste século são insuficientes para uma avaliação comparativa com as décadas de 80 e 90. Fica evidente, porém, que ambas as cidades enfrentam partir dos anos 20 a decadência do café em suas áreas de influência, tomando a partir daí rumos distintos. Rio Claro viria se consolidar como centro de serviços, enquanto São Carlos, aos poucos, se transforma em "cidade das chaminés", pelo papel central adquirido pela indústria.

Os elementos coligidos confluem para destacar as duas últimas décadas do século XIX como período em que transformações irreversíveis se processaram na economia e sociedade paulistas. O prosseguimento da pesquisa poderá mostrar em que medida e de que maneira estas transformações provocaram o surgimento e desenvolvimento de cidades, que características e funções desempenharam e que papel possivelmente teve na conformação de um novo enquadramento da vida quotidiana.

CAFÉ, CIDADES E INDÚSTRIA

Ao tentarmos avançar na caracterização da divisão social do trabalho e da

urbanização ao longo do período cafeeiro, o tema de industrialização acaba por ser impor. São múltiplas e divergentes as linhas de interpretação acerca do processo de industrialização brasileiro entre os economistas e demais estudiosos da história econômica paulista (SIMONSEN, 1939; DEAN, 1971; 1975; MARTINS, 1973; SILVA, 1976; CANO, 1981; VERSIANI, 1980). Os temas de divergência são muitos, concentrando-se em torno dos fatores determinante do investimento industrial.

Para além das divergências, porém, há alguns pontos de consenso, se nos contentarmos do que se passava nas últimas décadas do século XIX. Refiro-me a elas porque, com raras exceções, as décadas de 80 e de 90 são consideradas como decisivas do ponto de vista dos rumos subsequentes da atividade industrial. SIMONSEN (1939) e outros a partir dele, identificam este como o período em que se dá o primeiro surto industrial, apoiando-se em dados sobre a criação de estabelecimentos industriais (p. 24-25). O incremento da indústria "coincide" com o auge da economia cafeeira, com a entrada de grandes levas de mão-de-obra livre estrangeira, com um incremento demográfico, com a construção de usinas elétricas, com a rápida constituição de uma rede moderna de transportes (as estradas de ferro) e muitos outros processos e fenômenos.

E coincide também com o incremento da urbanização. Esse incremento, expresso em termos de aumento das populações urbanas e da diversificação de atividades econômicas no espaço urbano tem sido, no geral, descrito para as capitais, no caso, para a cidade de São Paulo. Frequentemente um dos fatores apontados como favoráveis ao desenvolvimento da indústria é o crescimento dos mercados urbanos, independentemente de atribuir-se ou não aos níveis crescentes de demanda por manufaturados a responsabilidade pela detonação do investimento industrial. Mais uma vez, porém, esta afirmação é pobre em dados empíricos que a sustentem, como já nos referimos na seção anterior.

Mesmo na ausência de avaliações mais adequadas, no entanto, é possível dizer que as cidades desempenham papel significativo enquanto mercado de consumo para os produtos industrializados e enquanto mercado de trabalho (FOOT; LEONARDI, 1982). A diversificação de atividades de serviço e de transformação nas cidades suprimiu até certo ponto a demanda da população nela concentrada e daquela de seu entorno, ao mesmo tempo em que mantém ocupada uma mão-de-obra que pode ser incorporada à produção fabril. As cidades têm sido, além disto, não são no Brasil, escoadouro para populações liberadas por transformações e/ou crises na agricultura. Referências à constituição de um conjunto indiferenciado de pobres urbanos são frequentes na literatura sobre a industrialização e urbanização. Com relação à urbanização paulista, no entanto, elas restringem-se à capital (MORSE, 1970).

Pensando nas relações café – cidade – indústria, várias questões emergem. Tendo em vista os propósitos desta pesquisa, interessa-nos identificar os agentes sociais centrais em cada um destes âmbitos, e suas possíveis relações. Interessa-nos entender os vínculos entre as atividades que se desenvolvem em cada um deles. Como já destacamos a atividade cafeeira propiciou o desenvolvimento de uma rede de cidades razoavelmente equipadas. A localização de unidades industriais nestas cidades do interior teria obedecido a que lógica? Seriam distintas, por alguma razão, as cidades do interior que vieram desenvolver alguma indústria? Que impacto sobre as cidades do interior tiveram as indústrias que ali se desenvolveram? Estariam associados os processos de desindustrialização e desurbanização?

Além destas questões, o tema da industrialização no interior adquire relevância adicional. Se verdade que atividades de transformação artesanal, semi-fábrica ou fábrica supõem um meio diferenciado e equipado (armazéns, lojas, bancos e sistemas de crédito em geral, transporte, energia elétrica, etc.), a identificação de épocas e locais de funcionamento de indústrias poderá ser utilizada como um indicador adicional da presença de funções urbanas consolidadas. A existência de casos de unidades fabris, inicialmente isolada numa paisagem rural, originadoras de um núcleo urbano em seu entorno exige, no entanto, cuidado neste tipo de avaliação. A fábrica têxtil Votorantim, instalada em 1894 a 7 km do centro de Sorocaba, deu origem a um aglomerado urbano que acabou por constituir-se em sede de município com o mesmo nome. Além desse caso bastante conhecido de "company town", o surgimento e expansão urbana de salto, na mesma região, foi também resultado das atividades de duas fábricas têxteis ali localizadas uma em 1875 e outra em 1822 (CASTELLARI, 1971 *apud* FOOT; LEONARD, 19882).

Nesses casos, porém outros aspectos de interesse podem ser destacados. Trata-se de situações em que a indústria tem que criar seu próprio viveiro de mão-de-obra ou mobilizar aquela força de trabalho "ocasional" ou disponível no meio rural da região da região. Mão-de-obra por vezes já familiarizada com a atividade manufatureira, via indústria familiar. Avaliando os dados sobre a indústria têxtil paulista até 1875, Albuquerque compara fontes diversas para os anos 72-75 e chega conclusão de que existiam em 1872 cerca de 9.000 pessoas na indústria doméstica de fiação e tecelagem. Eram na sua totalidade mulheres, membros de famílias de trabalhadores rurais e urbanos, subdividindo-se em fiandeiras (cerca de 8.500) e tecelãs (500), envolvendo cerca de 500 teares (ALBUQUERQUE, 1982, p. 102 e ss.). É possível que essas unidades fabris tenham se valido desta mão-de-obra com tradição artesanal mesmo no meio rural. A mobilização de mulheres e crianças de famílias pobres no meio rural e também nas pequenas cidades interioranas, parece ter

sido a regra no setor têxtil, constituindo segundo Albuquerque uma das razões do ressurgimento das indústrias de tecidos no interior nos primeiros anos da década de 20 deste século (ALBUQUERQUE, 1982, p. 132).

O que depreendemos de situações como estas é a existência de uma articulação extremamente complexa entre o rural e o urbano. Complexidade que nos passaria despercebida se fôssemos presos às visões convencionais sobre o período. Visões que, no entanto, não resistem a evidências como estas ou como as que surpreendentemente nos traz Dean (1975). Destacando a importância do setor artesanal prévio à industrialização, o autor menciona que a indústria doméstica consumia não apenas algodão produzido por pequenos plantadores, mas também fio importado! E mais ainda, segundo ele "as primeiras fábricas de fição às vezes produziam o fio para tecelões que trabalhavam em casa" (p. 267).

Tendo em mente estas preocupações, fizemos um levantamento de informações sobre a indústria paulista, com especial interesse em identificar aquelas que se localizam no interior. Agregamos todas as informações individualizadas disponíveis que, embora incompletas, nos fornecem indicações interessantes sobre localização, época de fundação, fundadores e setor de atividade⁽¹⁰⁾. Reunimos as informações nos quadros que se seguem.

QUADRO 2 – Fábricas paulistas criadas até 1901 por ano de Fundação

Ano*	CAPITAL	INTERIOR	TOTAL
Antes de 1870	9	10	19
1870 - 1875	8	10	18
1876 - 1879	9	4	13
1880 - 1884	3	12	15
1885 - 1888	15	1	16
1889 - 1895	40	12	52
1896 - 1901	27	5	32
Desconhecida	7	7	14
TOTAL	118	61	179

Fontes: Bandeira Jr. (1901); Pestana (1923); Canabrava (1951); Versiani (1980) e Foot e Leonardi (1982).

(*) – Utilizamos a agregação proposta por Versiani (1980).

Antes de mais nada, são necessárias algumas observações sobre os dados. Como estão, revelam que o interior, em seu conjunto, teria dado origem à metade das indústrias surgidas na capital. Esses dados são obviamente incompletos. Estão excluídos deste cômputo municípios como Rio Claro, São Carlos, Limeira, Jaú, São José dos Campos, Mogi Mirim,

idades com razoável concentração industrial. Sua inclusão alteraria o quadro certamente em muito. Devescovi (1985) *apud* Melo (1975), por exemplo, menciona a existência de 110 fábricas em São Paulo em 1894!

QUADRO 3 – Fábricas paulistas criadas até 1901 segundo ramo de atividade

Ramo	CAPITAL	INTERIOR	TOTAL
Têxtil	10	27	37
Metalurgia/Mecânica	15	8	23
Alimentação/Bebidas*	25	8	33
Vestuário/Toucador	20	3	23
Mobiliário	12	-	12
Químicos	8	3	11
Couros/Peles/Prod. Animais	4	1	5
Ind. de Madeira/Papel	2	5	7
Cerâmica/Olaria	2	2	4
Tipografia	5	-	5
Cimento/Cal	-	2	2
Vidros	2	1	3
Instr. Musicais	3	-	3
Ótica	2	-	2
Outros	7	1	8
TOTAL	117	61	178

Fontes: Bandeira Jr. (1901); Pestana (1923); Canabrava (1951); Versiani (1980); Foot e Leonardi (1982).

(*) Inclui 4 engenhos centrais e refinaria de açúcar no interior; 1 engenho central e 1 refinaria na capital.

QUADRO 4 – Localização das indústrias paulistas do interior até 1900

Localização*	Tipo de Indústria
Americana	Têxtil (1) (1875)
Bananal	Químico (1) (1850)
Caieiras	Cerâmica (1) 1883)
Campinas	Metal/Mec (4) (1860; 1875; 1876; s.d) Vestuário (2) (1857; 1872) Velas (1) (1852)
Capivary	Eng. Central (1) (1884)
Itú	Têxteis (5) (1873; 1873; 1880; 1882; 1883) Ind. Madeira/Papel (1) (1889)
Jacareí	Têxtil (1) (s.d.)
Jundiaí	Têxteis (3) (1874; s.d.; s.d.) Metal/Mec (1) (1890)
Lorena	Eng. Central (1) (1884)
Mogi das Cruzes	Alimentação (1) (1900)
Osasco	Têxtil (1) (s.d.) Cerâmica (1) (1899)
Piraçicaba	Metal/Mec (1) (1870) Ind. Madeira (1) (1896) Têxtil (1) (1874) Eng. Central (1) (1883)
Porto Feliz	Eng. Central (1) (1876)
Ribeirão Preto	Ind. Madeira (1) (s.d.) Metal/Mec (1) (1895) Alimentação (1) (1890)
Salto	Têxteis (2) (1875; 1882)
Santos	Refinaria (1) (1836)
São Bernardo	Têxteis (2) (antes de 1895; 1900)
São Caetano	Couro/Pele/Prod.Animais (1) (1876) Químico (1) (1890)
São Roque	Têxteis (2) (1879; 1891)
<hr/>	
Localização*	Tipo de Indústria
Sorocaba	Têxteis (6) (1850; 1852; 1865; 1881; 1894; 1900) Vestuário (1) (1887) Cal (2) (1897, s.d.) Metal/Mec (1) (1810)
Tatuí	Têxtil (1) (1881) Alimentação (1) (1892) Ind. Madeira (1) (1890) Cerâmica (1) (1890)
Taubaté	Têxtil (1) (1891) Químico (1) (1884)
Ubatuba	Vidros (1) (1852)
Município não identificado	Têxtil (1) (1874)
Interior	61

Fontes: Bandeira Jr. (1901); Pestana (1923); Canabrava (1951); Versiani (1980); Foot e Leonardi (1982).

(*) A localização refere-se ao município à época.

A desproporção dos números nos remete para uma questão tão conceitual, dos critérios para inclusão na categoria "indústria". Para além das definições, sabemos que a produção de manufaturados nessa época, especialmente em alguns setores, foi marcadamente artesanal, apoiada no uso de ferramentas e habilidades individuais (DEAN, 1975; FOOT; LEONARDI, 1982; ALBUQUERQUE, 1982). Uma variedade de bens de consumo, até mesmo sofisticados, foram produzidos no Brasil e em São Paulo por essa via, povoando o interior de pequenas fábricas e oficinas. Eram no dizer de Sirnonsen (1939) verdadeiras "indústrias de fundo de quintal", quantitativamente mais significativas que os estabelecimentos fabris propriamente ditos, frequentemente criadas e tocadas por estrangeiros. Aliás, segundo Bandeira Jr. (1901), seriam eles, especialmente, os italianos, os responsáveis pelas dificuldades de se estimar o número de indústrias no início do século, pela multiplicidade de estabelecimentos de "fundo de quintal", parte de uma verdadeira economia subterrânea, graças à qual era tão diversificada a produção manufatureira paulista.

Apesar das deficiências apontadas, há algumas características que vale a pena apontar. Com relação às datas de fundação das indústrias (Quadro 2), os dados sugerem ter sido a última década do século XIX decisiva, coincidindo com observações feitas anteriormente. Contudo, fixando-nos nos dados para o interior, os números sugerem não estar inteiramente excluído o ponto de vista sustentado por Versiani (1980). Referindo-se ao setor têxtil, o autor procura relativizar a originalidade do surto industrial dos últimos anos do século passado, argumentando que os investimentos industriais vieram em ritmo crescente desde especialmente os primeiros anos da década de setenta. A impressão que fica é de uma dispersão no tempo com respeito ao interior, contrariamente à concentração observada para a capital.

Esta dispersão no tempo pode estar refletindo o peso da indústria têxtil no interior (Quadro 3). De fato, a julgar por estes dados, a indústria de fiação e tecelagem não estaria fundamentalmente na capital, porém dispersa por várias cidades interioranas. Já fizemos referência à localização de unidades fabris nas áreas rurais, observação que vale tanto para o chamado "primeiro surto algodoeiro paulista" (1860-1875) quanto para o ressurgimento industrial do início dos anos 20 deste século (ALBUQUERQUE, 1982). É possível que esta característica esteja refletida nos dados, já que as indústrias têxteis representam quase a metade das unidades computadas para o interior. Das 20 indústrias criadas até 1875, 9 são seguramente têxteis e outras 8 de setores diversos (Quadro 4). O volume de têxteis no interior até 1875 mostra o peso deste setor nos primórdios da industrialização brasileira.

A concentração maior do ramo fiação e tecelagem no interior e não na capital nos levanta algumas dúvidas. Em geral, a bibliografia sobre a industrialização na Primeira

República sugere que o ramo têxtil seria um dos poucos caracteristicamente te industriais, tendendo a concentrar operários não apenas em volume absoluto, mas também em termos de média por estabelecimento. O setor têxtil era o setor moderno da época, apesar da importância da indústria doméstica, a que já nos referimos. Face aos números encontrados, de se perguntar quais as características do operariado têxtil no interior, distinguindo possivelmente áreas e/ou período em que predominava o operário-artesão, funcionando em algum sistema análogo ao "putting out" inglês, daquelas em que o sistema fabril era dominante.

Ainda com relação aos ramos industriais, além da maior diversificação da indústria na capital, chama a atenção a pequena presença relativa de alimentação/bebidas e vestuário/toucadour no interior vis à vis a capital. Este fato está refletindo uma importância maior da produção caseira de roupas e de alimentos. O mesmo não ocorre com metalurgia/mecânica, ramo composto por fundições e oficinas de fabricação de maquinário, no interior especialmente de máquinas para agricultura e beneficiamento do café.

Com relação a este tema, alguns dados apresentados por Devescovi (1985, p. 85, *apud* LORENZO, 1979) para São Carlos de 1901 a 1940 são sugestivos. Por acompanharem o início e o encerramento das atividades nos diferentes ramos fabris em 40 anos, os dados indicam algumas tendências de estabilidade-instabilidade por ramos. Assim, por exemplo, é notável a inexistência de estabelecimentos do ramo vestuário até os anos 20 deste século. Em contrapartida, o setor de alimentação, especificamente de fabricação de pães e macarrão, de longe o mais importante entre 1901-1910, incrementa suas atividades até 1920, decaindo sensivelmente a partir daí. Outros ramos, porém, revelam uma aparente estabilidade, como seria o caso das oficinas mecânicas e fundições, mobiliário, curtume e cerâmica. Para que seja possível encontrarmos algum sentido nestas tendências, estudos de caso articulados com uma compreensão mais agregada dos mercados dos diversos produtos serão necessários.

O Quadro 4 nos dá uma ideia da dispersão da atividade industrial no Estado de São Paulo, com os dados de indústrias até 1900 (Fábrica de Farinhas e Féculas Alimentícias, Mogi das Cruzes; Fábrica de Tecidos Bergman, Kowaricky e Comp., São Bernardo; e Fábrica de Fiação e Tecidos Santa Rosalina, Sorocaba).

Essa imagem de dispersão, incompleta como já ressaltamos, espelha uma característica da indústria na Primeira República, retida na expressão "industrialização descentralizada" cunhada por A.B. Castro (1971). Por todo o país, os interesses industriais se apresentaram fragmentados, conferindo "um caráter local ou regional aos mercados de

produção industrial no Brasil" (FOOT; LEONARDI, 1982, p. 170). Na opinião de Warren Dean (1975), mesmo o desenvolvimento da ferrovia, em bora ampliando as comunicações, não foi suficiente para romper esta descentralização. A malha ferroviária integrava pontos distantes, a partir da lógica do escoamento de produtos agrícolas de exportação, especialmente o café, para os portos. O isolamento relativo destes pequenos mercados sustentou uma atividade industrial limitada, até que outros fatores pudessem determinar sua extinção (desindustrialização de áreas) ou expansão (consolidação da função industrial). São Bernardo (agora integrado à capital), Campinas, Salto e Sorocaba permaneceram, por exemplo, como polos de concentração dinâmica da indústria paulista. Outros centros menores, porém, foram provavelmente polarizados por outros, até como resultados da ampliação e melhoria dos transportes, regredindo do ponto de vista da atividade industrial.

No Quadro 4, destacam-se pelo número de estabelecimentos Sorocaba (10 estabelecimentos), Campinas (7 estabelecimentos), Itu (6 estabelecimentos), Tatuí, Piracicaba e Jundiaí (4 estabelecimentos). Com exceção de Sorocaba e Tatuí, os demais tiveram à época importância como centros cafeeiros. Centros cafeeiros ou não, o fato que a dispersão da indústria no espaço paulista se dá sobre uma pré-existente base urbana. Vale destacar, além disso, o número de pontos de localização industrial ao redor da capital, em áreas que, muito mais tarde viriam compor a Região Metropolitana. São elas Caieiras, Mogi das Cruzes, Osasco, São Bernardo e São Caetano, totalizando 8 estabelecimentos industriais. Seu peso é, no entanto, reproduzido face à dispersão em pontos mais afastados da capital. Merece também atenção o fato do Vale do Paraíba, hoje região das mais urbanizadas e industrializadas do Estado, eixo que historicamente concentrou elevadas densidades de população, estar representado apenas por Jacareí, Lorena, Mogi das Cruzes e Taubaté até 1900. Possivelmente outras fontes viriam acrescentar outras localidades do Vale a esta lista.

Os dados coligidos nas fontes mencionadas permitem também identificar para uma parte dos estabelecimentos localizados, os nomes de seus fundadores e, por vezes, de seus proprietários em momento subsequente.

Para a cidade de São Paulo, das 118 indústrias, 106 contêm indicação do fundador ou fundador. Destas, 65 eram estrangeiros, predominando italianos (32 estabelecimentos) alemães (25 estabelecimentos) Ingleses, franceses e portugueses também fundaram indústrias na capital. Quanto aos portugueses, a avaliação de sua presença é difícil, pois permanece sempre a dúvida com relação distinção entre portugueses e brasileiros com base apenas nos nomes (25 casos). Os dados confirmam a observação frequente na bibliografia

com relação ao papel da imigração estrangeira na industrialização paulista e brasileira. As indicações existentes, porém contraditam qualquer hipótese de mobilidade ascensional de colonos europeus. Os estrangeiros industrialistas eram imigrantes diferenciados ou representantes de conglomerados internacionais. A presença estrangeira significava tanto a iniciativa de homens de dinheiro imigrados quanto o revestimento direto de capital estrangeiro.

Além de 1 banco (Banco União) e de quatro estabelecimentos fundados por estrangeiros e brasileiros e/ou portugueses, 9 indústrias foram criadas por membros da elite cafeeira, a julgar pelos nomes. Obviamente que enganos podem ser cometidos. Contudo, podemos acreditar estar à elite do café por trás dos Queiroz, Silva Prado, Pacheco Jordão, Álvares Penteado, Barreto de Queira, Fonseca Botelho, Anhaia (Marquês de Itu) e Aguiar Barros (Barão de Tatuí). Se a eles somamos dois casos encontrados de militares, comumente recrutados à época na elite cafeeira, teríamos 11 das 106 indústrias fundadas por personagens vinculados à economia cafeeira.

As indicações sobre um destes militares, o Coronel Prost Rodovalho, sustentam o que afirmamos. Era proprietário e fundador de uma fábrica de carros na Mooca (1891) e de uma fábrica de papel em Caieiras (Melhoramentos, 1883), de uma fábrica de cimento e cal em Sorocaba (1897) e sócio do Marquês de Itu e do Barão de Tatuí numa fiação e tecelagem fundada em 1886 no Bom retiro, capital. Esta indústria têxtil era considerada em 1901 como uma das mais importantes do Estado, com uma produção de 3 milhões de metros de tecidos anuais. Ramos como o químico-farmacêutico, curtume, vidros, tecidos de lã, além de moagem, além de moagem, refinação e torrefação de café, sal, açúcar, fubá, pimenta e canela – ramos mais próximos às origens das famílias – tiveram a participação de membros da elite cafeeira.

Com relação ao interior o quadro muda. Das 44 indústrias com identificação de seu fundador, 21 eram estrangeiros, predominando alemães (9), seguidos por franceses e italianos⁽³⁾. A presença alemã é notável, o mesmo não ocorrendo com a italiana. Ao lado de nomes portugueses e/ou brasileiros (em 2 casos tratavam-se claramente de imigrantes portugueses), aparecem 6 estabelecimentos cujos nomes de seus fundadores eram tipicamente da elite do café, tais como Pereira Mendes, Pacheco, Pacheco Jordão, Souza Pereira, Silva Villela, Silva Prado e Anhaia (Marquês de Itu). Somam-se 3 estabelecimentos fundados por militares, dois dos quais pelo já mencionado Coronel Prost Rodovalho. Predomina o ramo têxtil, estando presentes também no setor de vidros e vestuário.

Além do Coronel Rodovalho, em mais um caso mais de um estabelecimento havia sido fundado pelo mesmo industrial. Trata-se de Manuel Guedes Pinto de Mello, grande

plantador de algodão em Tatuí, fundador naquela cidade de uma fábrica de tecidos, uma fábrica de produção de sabão e óleo vegetal (caroço de algodão), uma serraria e uma cerâmica. A indústria de Tatuí restringiu-se a este mal sucedido "conglomerado", cuja história valeria a pena reconstituir. Sua presença na cidade é notável até dias atuais, apesar da interrupção por anos no funcionamento das empresas. O conjunto edificado das indústrias é dominado por imponente construção de uma verdadeira "casa-grande", moradia do proprietário de então. Quarteirões de pequenas construções geminadas e de um pavimento compõem a vila operária, ainda hoje bem mantida por seus atuais ocupantes. Estes dados não colidem com as afirmações encontradas na literatura sobre o tema. Antes, confirmam-nas, por vezes qualificando-as melhor. As elites cafeeiras tiveram aparentemente pequena participação na indústria, ainda que seus interesses fossem mais convergentes do que divergentes com relação ao setor industrial. Ressalta a diversificação de seus interesses industriais, apenas em uns poucos casos vinculados à atividades agrícolas. Da mesma forma, ramos manufatureiros intimamente ligados à economia cafeeira, não tiveram participação expressiva de membros da elite. O caso das fundições e oficinas mecânicas, em sua grande maioria fabricantes de maquinário agrícola em geral e, em especial, para o beneficiamento do café é exemplo disso. Nesse ramo predominaram estrangeiros segundo os dados que analisamos. Também no caso de São Carlos, Truzzi (1985) e Devescovi (1985) sustentam que não havia interligação entre os industriais dos ramos subsidiários da cafeicultura-metalúrgico-mecânico e sacaria – e fazendeiros de café.

O papel desses fazendeiros na transição para uma sociedade urbano-industrial foi mais amplo do que a promoção de indústrias. Warren Dean (1971) diz que eles não apenas "sobreviveram como classe, mas também dirigiram a passagem de uma cultura rotineira de cana-de-açúcar, no princípio do século XIX, para um complexo sistema industrial, nos meados do século XX" (p. 41). A acumulação de lucros da atividade cafeeira nas mãos dos fazendeiros permitiu-lhes diversificar seus interesses e investimentos, participando até como industriais. Sua participação foi mais notável, porém em outros setores, ramificando-se no comércio exportador – importadores bancos e instituições financeiras, geração de energia elétrica serviços urbanos em geral e nas ferrovias.

Ao que os dados indicam a burguesia industrial paulista (e não apenas paulista) tem origem no comércio, especialmente importador. Autores como Versiani (1980) e Albuquerque (1982) aduzem informações que corroboram o ponto de vista sustentado pioneiramente por Dean (1971; 1975). Em muitos casos, a passagem para a indústria foi resultado da necessidade de desenvolver processos de acabamento ou de fabricação de

pequenos itens necessários à montagem do produto importado. No caso do algodão, em que tipicamente comerciantes eram os donos das tecelagens, eram eles que conheciam os mercados, os canais de comercialização e as possibilidades de crédito. Versiani (1980) destaca que, mesmo no caso de cotonifícios fundados por fazendeiros de algodão, eram eles frequentemente vendidos a empresários originários no comércio. Mascates e comerciantes de tecidos de origem síria no interior foram apontados por Durand (1985) na genealogia de indústrias do setor têxtil paulista contemporâneo.

O setor têxtil é ilustrativo da complexa articulação de interesses e da variedade de vínculos que se estabelecem entre diferentes agentes sociais na segunda metade do século XIX e na passagem para este. A cotonicultura, apesar de ter sido cultura de poder", foi também alternativa e/ou fonte de complementação da renda de fazendeiros de café ameaçados pelas periódicas crises de superprodução e de preço de seu produto principal. Não poderia a elite cafeeira resistir ou opor-se ao desenvolvimento da indústria, à época predominantemente têxtil, pois que esse desenvolvimento significa, além de outras coisas, consolidação de mercados para a produção algodoeira paulista (ALBUQUERQUE, 1982). A importância da conexão comércio-indústria, frequente na história da industrialização não credencia qualquer suposição de conflito de interesses entre burguesia industrial e cafeeira. A diversificação dos interesses econômicos dos cafeicultores ressalta a já avançada imbricação entre os diferentes segmentos e setores da economia e sociedade da época. As cidades são no período, a expressão mais acabada desta articulação.

NOTAS

(1) O quadro reproduzido consta de Alessio (1970, p. 109). A autora utiliza um critério distinto daquele definido por Lopes (1969) com relação aos dados de 1872 e 1920. Para Alessio são computados como população urbana nestas datas aquelas dos municípios com pelo menos 30.000 habitantes e não 50 000, conforme utiliza Lopes. Ver especialmente Alessio (1970), notas 7 e 8 p. 109.

(2) Cálculos feitos a partir dos dados apresentados por Monbeig (1984).

(3) Veja Patarra e Baeninger (1987).

(4) Nossas observações a seguir apoiam-se em Albuquerque (1982), bem como na bibliografia por ele indicada. Suas análises funcionam como "pistas" a serem perseguidas com objetivos distintos.

(5) Há menções a máquinas ambulantes, em que os "machinistas" iam de propriedade em propriedade "vendendo" seus serviços.

(6) vem-nos à lembrança especialmente Holloway (1974).

(7) Em breve reconstituição histórica de Pederneiras, realizada com propósitos distintos do que agora persigo, encontrou menção à existência na cidade de estabelecimento para o beneficiamento de café primeiros anos deste século. Veja-se Oliveira. (1981, p. 61).

(8) Para detalhes sobre a região de Rio Claro e São Carlos verem Dean (1977); Hogan et al. (1986); Truzzi (1985) e Devescovi (1985). Boa parte das informações sobre Rio Claro foram tomado do segundo trabalho citado, do qual participamos. Sobre São Carlos, os dados e análises foram retirados dos dois últimos mencionados.

(9) Devescovi (1985) apresenta cifras dos imóveis de aluguel para São Carlos. Na pesquisa que realizamos em Rio Claro, pudemos identificar desde 1873 proprietários de imóveis de aluguel. Através dos "Almanaks" paulistas, pretendemos caracterizar melhor este aspecto das cidades da época.

(10) Baseamos nossas observações nos dados encontrados em Bandeira Jr. (1901); Pestana (1923); Canabrava (1951); Versiani (1980); Albuquerque (1982) e Foot e Leonardi (1982). Outras fontes de referências localizadas não apresentam os dados da mesma forma, como Truzzi (1985) e Devescovi (1985). Outras, não foram ainda localizadas, como Cunha Vasco (1905; 1910).

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, R. H. P. L. **Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola: as relações de produção na Cotonicultura Paulista 1920-1950.** São Paulo, SP: Hucitec; Brasília, DF: CNPq, 1982.

ALESSIO, N. Urbanização, industrialização e estrutura ocupacional (1872-1920). **Dados**, Rio de Janeiro, RJ, v. 7, p. 103-117, 1970.

ARAÚJO, FILHO, J. R. O café, riqueza paulista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, SP, 1956.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS PAULISTAS – A.G.B. **A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana.** São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1958.

BANDEIRA JR., A. F. **A Indústria no Estado de São Paulo em 1901.** São Paulo, SP: Typ. do "Diário Oficial", 1901.

BASSANEZI, M. S. C. B. **Fazenda Santa Gertrudes: uma abordagem quantitativa das relações de trabalho em uma propriedade rural paulista, 1895-1930.** 1974. Tese (Doutorado) – UNESP, Rio Claro, SP, 1974.

BRANDÃO, J. **Anuário brasileiro de agricultura, commercio e industria (Primeiro Anno).** São Paulo, SP: Casa Vanorden, 1910.

CANABRAVA, A. P. **O desenvolvimento da cultura de algodão na Província de São Paulo, 1861-1875.** 1951. 323f. Tese (Doutorado) – FCEA, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1951.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo.** São Paulo, SP: Tag, 1981.

CASTELLARI, L. **História de Salto.** Salto, SP: Gráf. Taperó, 1971.

CASTRO, A.B. Industrialização descentralizada no Brasil. In: _____. **Sete ensaios sobre a economia brasileira.** São Paulo, SP: Forense, v. II, 1971. p. 101-162.

DECCA, M. A. G. **Cotidiano operário fora da fábrica: São Paulo 1920-1934.** São Paulo, SP: Paz e Terra, 1987.

DEAN, W. **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920.** Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1977.

_____. A industrialização durante a República Velha. In: FAUSTO, B. **História da civilização brasileira.** São Paulo, SP: DIFEL/DIFEL Editorial S.A., 1975. (Tomo III – O Brasil Republicano, v. 1, Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)).

_____. **A industrialização de São Paulo.** São Paulo, SP: EdUsp, 1971.

DEFFONTAINES, P. Como se constituiu no Brasil a rede de cidades. **Boletim Geográfico,** n. 14 e 15, 1944.

DENNIS, P. **Le Brésil au XX^e Siècle.** Paris: Librairie Armand Colin, 1909.

DEVESCOVI, R. C. B. **Urbanização e acumulação: um estudo sobre a cidade de São Carlos.** 1985. 242f. Dissertação (Mestrado) – EAESP/FGV, São Paulo, SP, 1985.

DURAND, J. C. Formação do pequeno empresariado têxtil em São Paulo (1880-1950). In: RATTNER, H. (Coord.). **Pequena Empresa.** São Paulo, SP: CNPq/Brasiliense, 1985.

FOOT, F.; LEONARDI, V. **História da indústria e do trabalho no Brasil.** São Paulo, SP: Global Editora, 1982.

FRANCO, M. S. C. **Homens livres na ordem escravocrata.** 2.ed. São Paulo, SP: Ática, 1974.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** Rio de Janeiro, RJ: Fundo de Cultura, 1959.

GARRY, L. S. **Textile markets of Brasil.** Washington: Gov. Printing Office, 1920. (US Dep. of Commerce, Special Agents Series, n. 203)

HOGAN, D. J.; OLIVEIRA, M. C. F. A.; SYDENSTRICKER, J. M. Café, ferrovia e população: o processo de urbanização em Rio Claro. **Textos NEPO 5,** Campinas, SP, 1986.

HOLLOWAY, T.H. **Migration and mobility: immigrants as laborers and landowners in the coffee zone of São Paulo, 1886-1934.** 1974. Ph.D. (Dissertation) – University of Wisconsin, 1974.

_____. Condições do mercado de trabalho e organização do trabalho nas plantações na economia cafeeira de São Paulo 1885-1915: uma análise preliminar. **Estudos Econômicos,** São Paulo, SP, v. 2, n. 6, p. 145-180, 1972.

LEITE, C. C. **Terra bandeirante: algumas impressões de São Paulo.** São Paulo, SP: Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais" Ltda, 1943.

- LOPES, J. R. B. **Desenvolvimento e mudança social: formação a sociedade urbano-industrial no Brasil.** São Paulo, SP: Editora Nacional, 1969.
- LORENZO, H. C. **Origem e crescimento da indústria na Região de "Araraguara – São Carlos" (1900-1970).** 1979. Tese (Mestrado) – FFLCH, Universidade de São Paulo, SP, 1979.
- MARTINS, J. S. **Do escravo ao assalariado nas fazendas de café, 1880-1914: a gênese do trabalhador volante.** 1982. (Versão preliminar)
- _____. **O cativo da terra.** São Paulo, SP: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1979.
- _____. **Conde Matarazzo: o empresário e a empresa.** São Paulo, SP: Hucitec, 1973.
- MELO, V. G. **A imigração italiana e a transformação da estrutura econômica e social do município de São Carlos.** 1975. Tese (Doutorado) – FFLCH, Universidade de São Paulo, Marília, SP, 1975.
- MONBEIG, P. As tendências atuais da agricultura no Estado de São Paulo. **Boletim Geográfico**, Ano XV, n. 141, 1957.
- MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo, SP: Hucitec/Polis, 1984.
- MORSE, R. **Formação Histórica de São Paulo.** São Paulo, SP: Difel, 1970.
- OHTAKE, M. F. G. **O processo de urbanização em São Paulo: dois momentos, duas faces.** 1982. 105f. Dissertação (Mestrado) – PUC São Paulo, São Paulo, SP, 1982.
- OLIVEIRA, M. C. F. A. Questões demográficas no período cafeeiro em São Paulo. **Textos NEPO 1**, Campinas, SP, 1985.
- _____. **A produção da vida: a mulher nas estratégias de sobrevivência da família trabalhadora na agricultura.** 1981. Tese (Doutorado) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1981.
- PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. **São Paulo: povigente, povovigente, povo e dente.** Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 1987. (Mimeo) (Versão Preliminar)
- PESTANA, P. **A expansão econômica do Estado de São Paulo num século (1822-1922).** São Paulo, SP: Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, 1923.
- PETRONE, P. São Paulo no século XX. In: A.G.B. **A cidade de São Paulo.** São Paulo, SP, 1958.
- _____. As indústrias paulistas e os fatores de sua expansão. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, SP, n. 14, p. 26-37, 1953.
- RAMOS, A. **O café no Brasil e no estrangeiro.** Rio de Janeiro, SP: Pap. Santa Helena, 1923.
- RANGEL, I. Desenvolvimento e projeto. **Revista da Faculdade de Ciências Econômicas – UFMG, Belo Horizonte, MG**, v. 5, n. 9, p. 65-173, 1956.
- SAES, F. A. M. **A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira.** São Paulo, SP: Hucitec, 1986.
- SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.** São Paulo, SP: Alfa-Omega, 1976.
- SIMONSEN, R. Recursos econômicos e movimentos das populações. **Separata da Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, RJ, Ano I, n. 2, 1944.
- _____. **A evolução industrial do Brasil.** São Paulo, SP: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1939.
- SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana.** São Paulo, SP: Nacional/USP,

1968.

TRUZZI, O. M. S. **Café e indústria no Interior de São Paulo: (o caso de São Carlos)**. 1985. 272f. Dissertação (Mestrado) – EAESP, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, 1985.

VASCO, C. **A indústria do algodão no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Typographia do Jornal do Commercio, 1910.

_____. **A indústria do algodão no Brasil: relação das fábricas de fiação tecelagem em 31 de julho de 1905**. Rio de Janeiro, RJ: Typographia do Jornal do Commercio, 1905.

VERSIANI, F. R. Industrialização e economia de exportação: a experiência brasileira antes de 1944. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, RJ, v. 34, n. 21, 1980.

CADERNOS JÁ PUBLICADOS NA SÉRIE TEXTOS NEPO

TEXTOS NEPO 1 – Questões demográficas no período cafeeiro em São Paulo.
Maria Coleta F.A. de Oliveira

TEXTOS NEPO 2 – Perfil socioeconômico de Rio Claro. (Relatório de Pesquisa)
John Marion Sydenstricker
Maria Isabel Baltar da Rocha
Ralph Hakkert

TEXTOS NEPO 3 – Alguns problemas teórico-metodológico dos estudos de população na América Latina.
João Carlos Duarte
Lília T. Montali
Maria Coleta F. A. de Oliveira
Neide Lopes Patarra

TEXTOS NEPO 4 – Malthus x Marx: falso encanto e dificuldade radical.
Francisco de Oliveira

TEXTOS NEPO 5 – Café, ferrovia e população: processo de urbanização em Rio Claro.
Daniel J. Hogan
Maria Coleta F. A. de Oliveira
John Marion Sydenstricker

TEXTOS NEPO 6 – Sobre o declínio da fecundidade e a anticoncepção em São Paulo: análise preliminar.
Elza Berquó

TEXTOS NEPO 7 – A fecundidade no Colonato de São Paulo no início do século XX: uma aplicação do método dos filhos próprios.
Ralph Hakkert

Uma fonte para os estudos de população: os registros da hospedaria dos imigrantes.
Maria Silvia C. B. Bassanezi
Rosana Baeninger

TEXTOS NEPO 8 – Família e força de trabalho no Colonato. Subsídios para compreensão da

dinâmica demográfica no período cafeeiro.

Maria Silvia C.B. Bassanezi

TEXTOS NEPO 9 – Estudo da dinâmica demográfica da população negra no Brasil.

Elza Berquó

Alicia M. Bercovich

Estela Maria Garcia

TEXTOS NEPO 10 – Repensando a transição demográfica: formulações, críticas e perspectivas de análise.

Neide L. Patarra

Carlos Eugênio C. Ferreira

TEXTOS NEPO 11 – Nupcialidade da população negra no Brasil.

Elza S. Berquó

Fecundidade da mulher negra: constatações e questões.

Alícia M. Bercovich

Mortalidade infantil da população negra brasileira.

Estela Maria Garcia Tamburo

TEXTOS NEPO 12 – Dinâmica demográfica e poluição ambiental

Daniel J. Hogan (Org.)

TEXTOS NEPO 13 – Assistência médica e a saúde e reprodução humana

Ana Maria Canesqui

O parlamento e a questão demográfica: um estudo do debate sobre controle da natalidade e planejamento familiar no Congresso Nacional

Maria Isabel Baltar da Rocha

OUTRAS PUBLICAÇÕES

Anais do Seminário Latino-Americano sobre População e Saúde v. I e v. II

Elza S. Berquó (Org.)

Neide L. Patarra (Org.)